

Dívida: Color busca o apoio dos EUA

Telefoto de Joazeiro Gonçalves



Marcílio chega ao Planalto para despacho, antes de explicar os princípios para renegociação da dívida externa

BRASÍLIA — O Brasil tem urgência na renegociação da dívida externa, aceita partes do Plano Brady utilizado pelo México e Venezuela, considera o conceito de capacidade de pagamento flexível mas, nestas mudanças de rumo, necessita de apoio político do governo americano. Estes são os pontos principais e de novo conteúdo das conversas que o Presidente Fernando Collor manterá nos dias 18 e 19 com o Presidente George Bush, em Washington.

Em contrapartida, o Governo brasileiro compromete-se no esforço em direção a uma política econômica mais liberalizante para investimentos externos, como na área de informática e de reconhecimento de patentes e oferece garantias na exploração de energia nuclear e das tecnologias sensíveis, sujeitando-se a normas internacionais na utilização de mísseis e foguetes.

— Nós temos que entrar agora no pólo de investimentos em que está se transformando a América Latina, depois de uma década de estagnação — disse ontem o Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, numa longa análise da visita presidencial.

Diplomaticamente, ele não admite um grande giro na política brasileira no tratamento da dívida externa. Mas fala sobre “certa urgência” e salienta:

— As negociações não podem se arrastar, diz ele, observando que a administração Bush pode induzir os banqueiros a “uma

postura mais propícia a um acordo”.

Esta indução, segundo Marcílio, pode ser até objetiva, em troca da aceitação do Plano Brady dentro de um “modelo brasileiro” com o objetivo de reduzir parte do principal e dos juros, mediante colocação de papéis com deságio.

O Presidente Fernando Collor, numa segunda ponta de contatos considerada tão importante como a discussão da dívida, terá um encontro, segundo o Minis-

tro, com representantes de grandes empresas americanas, os “pesos pesados”, como IBM, Alcoa, Coca Cola, Texaco, Xerox e Rockwell. Pretende apresentar a visão de uma economia liberalizante na crença de que o Congresso Nacional está convencido da saída para a modernidade.

— Precisamos de regras de jogo respeitadas, direitos iguais, ou os investimentos irão para o México, Polônia e nós ficamos amarrados na obsolescência permanente — diz o Ministro. E

destaca que o País precisa de medidas que não discriminem o capital externo “se não estaremos impossibilitados de competir até com a Albânia”.

●JÓRIO — O Negociador da Dívida Externa, Embaixador Jório Dauster, que em breve deixará o cargo, disse ontem que não tem qualquer divergência com o Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e que foi encarregado de negociar a dívida do Brasil com o Clube de Paris.